



Prefeitura Municipal de Carvalho

ESTADO DE MINAS GERAIS

C.P.L.

Nº 027

006/2020

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 006/2020

Contrato que entre si celebram o Município de Carvalho e Lucimar Bonsucesso de Souza Oliveira 06491225690, na forma abaixo:

O MUNICÍPIO DE CARVALHOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.194.217/0001-45, com sede na Av. Esdras Thomaz Salvador, nº 295, Bairro Centro, na cidade de Carvalho, Estado de Minas Gerais, CEP 37.456-000, isento de inscrição estadual, designada por ato próprio do Executivo Municipal, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Antônio de Pádua de Carvalho Moura, brasileiro, viúvo, aposentado, portador da Carteira de Identidade nº M-731.955, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 079.302.086-72, residente e domiciliado na Rua Dr. Ulisses Fabiano Alves, nº 11, Bairro Centro, CEP 37.456-000, na cidade de Carvalho, Estado de Minas Gerais, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e, de outro lado, a Empresa **LUCIMAR BONSUCESSO DE SOUZA OLIVEIRA 06491225690**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.298.356/0001-68, com sede na Rua Capitão Manoel Antunes do Amaral, nº 401, Bairro Bela Vista, CEP 37.456-000, na cidade de Carvalho, Estado de Minas Gerais, neste ato representada pela Sra. Lucimar Bonsucesso de Souza, brasileira, brasileira, casada, radialista, portadora da Carteira de Identidade nº MG-14.123.336, expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 064.912.256-90, residente e domiciliada na Rua Ivo Leal de Carvalho, nº 10, 2º andar – Casa B, Bairro Centro, CEP 37.456-000, na cidade de Carvalho, Estado de Minas Gerais, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, e de acordo com a Lei federal de nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, resolvem celebrar o presente contrato administrativo de prestação de serviços técnicos de manutenção e conservação da antena de televisão do repetidor do Município, por meio do **Processo nº 006/2020, Dispensa nº 006/2020**, tudo na forma do Artigo 24, Inciso II da Lei Federal de nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, ficando justo e contratado o que neste instrumento se dispõe, que pelas partes será cumprido, conforme as cláusulas abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a prestação de serviços técnicos de manutenção e conservação da antena de televisão-repetidor do Município de Carvalho/MG.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. A **CONTRATADA** executará os serviços constantes na Cláusula Primeira deste instrumento da seguinte forma:

- Os serviços deverão ser prestados em caráter continuado, de acordo com a necessidade, sendo o fornecimento de peças de reposição de responsabilidade do **MUNICÍPIO**.
- Os serviços serão prestados com todas as despesas incluídas, inclusive encargos sociais e trabalhistas, taxas, fretes, deslocamentos, estada, alimentação, tudo de acordo com as normas vigentes, sob pena de cancelamento do contrato.



Prefeitura Municipal de Carvalho

ESTADO DE MINAS GERAIS



CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. O Município se obriga a pagar à **CONTRATADA** pelos serviços prestados a importância total de R\$7.200,00 (sete mil e duzentos reais), em 12 (doze) parcelas iguais e mensais de R\$600,00 (seiscentos reais).

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento do fornecimento dos serviços pela **CONTRATADA** será efetuado mensalmente, todo dia 10 do mês vencido, na tesouraria da Prefeitura, após o recebimento das notas fiscais.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS

5.1. DOS DIREITOS DO CONTRATANTE

- a) Modificar o presente instrumento unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da **CONTRATADA**.
- b) Aplicar a legislação dos contratos administrativos na execução deste instrumento, como também resolver os casos omissos.
- c) Fiscalizar a qualidade dos serviços prestados.

5.2. DOS DIREITOS DA CONTRATADA

- a) Cobrar por serviços prestados ao **CONTRATANTE** e que não constitua objeto deste instrumento, observadas as normas de contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. São obrigações do Contratante:

- a) Publicar o Extrato do Contrato na forma legal;
- b) Efetuar o pagamento na forma contratada;
- b) Fornecer dados importantes para a execução dos serviços pela contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. São obrigações da Contratada:

- a) Manter, durante a execução deste instrumento, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- b) Recolher os encargos sociais, trabalhistas seguros e outros que se fizerem necessários para a execução deste Contrato.
- c) Manter os preços compatíveis com o mercado.



Prefeitura Municipal de Carvalho
ESTADO DE MINAS GERAIS

C.P.L.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1. O presente instrumento poderá ser rescindido unilateralmente, embasado nas circunstâncias previstas no artigo 77,78 e 79 da Lei nº 8.666/93, quando pertinentes.

8.2. A rescisão também poderá ser efetuada por ambas as partes, mediante aviso prévio por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias.

8.3. O Município poderá rescindir este instrumento a qualquer tempo, sem pagamento de nenhuma multa, com base no interesse público.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1. O prazo de vigência do presente contrato será da data de sua assinatura a 31 de dezembro de 2020, podendo, entretanto ser alterado através de Termos Aditivos, em conformidade com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTACÃO

10.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por dotação própria do orçamento em vigor, na rubrica:

3.3.90.39.00.2.03.02.24.722.009.2.0040 – Desenv. do Sistema de Som e Imagem

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA MULTA, DA TRANSFERÊNCIA E DA RESPONSABILIDADE

11.1. A **CONTRATADA** não poderá transferir o presente contrato, no todo ou em parte, sem o expresso consentimento do **CONTRATANTE**, sob pena de rescisão deste instrumento, sendo a **CONTRATADA** a única responsável pelo objeto contratado, respondendo civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízo que, na execução dele, venha direta ou indiretamente a provocar ou causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros.

11.2. Pelo descumprimento total ou parcial das condições contratuais, o **CONTRATANTE** poderá aplicar as sanções previstas no Artigo 87 da Lei Federal de nº8.666/93 e suas alterações, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabíveis, especialmente as seguintes:

I. Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

II. Advertência.

III. Aplicação da multa punitiva, garantida a prévia defesa, em valor correspondente ao percentual de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, em caso de descumprimento total ou parcial do contrato.

IV. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste instrumento, caso a **CONTRATADA** preste serviços em desacordo com as normas técnicas da área.

V- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato caso a **CONTRATADA** atrase na prestação dos serviços.



Prefeitura Municipal de Carvalho

ESTADO DE MINAS GERAIS

C.P.L.
Fls. 030
M. A. M. A. S.
P. A. S.

VI. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor deste instrumento, caso a **CONTRATADA** desista da prestação dos serviços sem prévia e hábil justificativa por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias devidamente acatada pelo **CONTRATANTE**.

11.3. As multas deverão ser depositadas em conta a ser fornecida pelo Município, posterior observância aos Princípios Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa, quando o Município, poderá isentar a **CONTRATADA** da multa, se acatada as alegações e justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com o disposto na Lei nº 8.666/93, com suas alterações posteriores e segundo os princípios gerais de Direito Administrativo e subsidiariamente de Direito Privado, em benefício do interesse público.

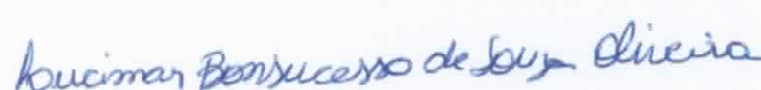
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO


13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Aiuruoca para as questões resultantes do presente instrumento ou mesmo de sua execução, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e contratados, firmam as partes o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas a tudo presentes, para que produza jurídicos e legais efeitos.

Carvalhos, 02 de janeiro de 2020.


Antônio de Pádua de Carvalho Moura
Prefeito Municipal
Contratante



Lucimar Bonsucesso de Souza Oliveira 06491225690
Lucimar Bonsucesso de Souza Oliveira
Contratada


Visto Assessoria Jurídica
Adriano José Senador
OAB/MG 54.948

TESTEMUNHAS:



CPF: 582.600.976-04



CPF: 330.558.906-04